

Os determinantes da política fiscal no Estado do Rio Grande do Sul — 1970-03*

Liderau dos Santos Marques Junior**

Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE)

Resumo

Este artigo apresenta e testa diversas hipóteses sobre os fatores determinantes da política fiscal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e 2003. Os resultados confirmam a hipótese de que instituições orçamentárias se constituem num importante determinante da política fiscal gaúcha, e há evidências de que o déficit primário tende a persistir de um período para outro.

Palavras-chave

Instituições orçamentárias; análise de regressão; Rio Grande do Sul.

Abstract

The article presents and tests many hypotheses about the determinants of fiscal policy of the state of Rio Grande do Sul state between 1970 and 2003. The results confirm the hypothesis that budget institutions are an important determinant of primary deficit, and there are evidences that the primary deficit tend to persist from one period to another.

Key words

Budget institutions; regression analysis; Rio Grande do Sul.

* Este artigo é uma versão modificada do Capítulo 5 da tese de Marques Junior (2005). Artigo recebido em abr. 2007 e aceito para publicação em ago. 2007.

** E-mail: liderau@gmail.com

O autor agradece os comentários e as sugestões de um parecerista anônimo. Como de praxe, eventuais erros e imperfeições são de inteira responsabilidade do autor.

Classificação JEL: C1, H8, H89.

1 Introdução

A política fiscal do Estado do Rio Grande do Sul caracterizou-se por contínuos déficits primários entre 1970 e 2003. Enquanto o Estado conseguia se financiar no mercado financeiro, tal regime de política fiscal não se constituía em um problema. Porém, com a mudança de regime da política monetária do Governo Federal, em meados de 1994, houve forte elevação da taxa de juros real básica praticada no mercado financeiro. Em função disso, os agentes financeiros passaram a exigir maiores taxas de juros. Como o Estado tradicionalmente gerava déficit primário e houve forte elevação do pagamento de juros, o resultado foi uma explosão do endividamento estadual entre 1994 e 1997.

Diante do descontrole das contas públicas e dado que a hipótese de calote da dívida pública estava descartada, o Governo do Estado viu-se obrigado a assinar um acordo de renegociação da dívida estadual com o Governo Federal no ano de 1998. No bojo desse acordo, o Estado assumiu o compromisso de promover um ajuste fiscal rigoroso.¹ Entretanto ele foi assinado sem se terem claros os fatores determinantes dos déficits primários no caso do Rio Grande do Sul.

O presente artigo não visa analisar o acordo, mas, sim, utilizando-se de uma análise de regressão linear, testar diversas hipóteses sobre os determinantes do déficit primário, no caso gaúcho, para o período 1970-03. De fato, o que se busca é verificar se há relação entre as variáveis consideradas. Mesmo tendo-se presente os seus limites, aplica-se a abordagem da regressão linear, no presente artigo, por sua simplicidade e por ser amplamente conhecida. Ademais, é adequada para um estudo de caso, como é a proposta do artigo. Outras abordagens também são factíveis de serem aplicadas. Por exemplo, Hillbrecht e Veloso (2001) utilizam o modelo auto-regressivo (VAR) para testar hipóteses sobre os fatores determinantes dos sistemáticos déficits primários no caso gaúcho, entre 1970 e 1998.

As hipóteses a serem testadas são classificadas em três categorias de fatores: os econômicos, os políticos e os institucionais. Dentre os fatores econômicos, foram consideradas variáveis como a taxa de crescimento do PIB

¹ Sobre detalhes desse acordo, ver Santos e Calazans (1999) e Calazans, Brunet e Marques Jr. (2000).

real, uma medida do serviço da dívida, a aceleração da taxa de inflação e a relação gastos com pessoal/PIB. Como fatores políticos, consideram-se, dentre outros, o grau de coesão do Governo, o número de partidos da coalizão que forma o Governo, o percentual de deputados governistas na Assembléia Legislativa e o regime político (ditadura ou democracia). Entre os fatores institucionais levados em conta, têm-se um índice que mede se as instituições orçamentárias são hierárquicas e transparentes, o sistema partidário (bipartidário ou multipartidário) e o número de secretarias de estado.

Visando testar as hipóteses, foram estabelecidos cinco modelos econométricos. Dos cinco modelos, estimaram-se 12 regressões, nas quais a variável dependente é a relação déficit primário/PIB. Dadas a maneira como os modelos foram especificados e as variáveis mensuradas, obtiveram-se evidências de que as instituições orçamentárias e o déficit primário defasado foram fatores determinantes do déficit primário no período em análise.

O artigo está assim dividido: na segunda seção, apresenta-se a metodologia de estimação; na terceira, demonstram-se os modelos econométricos e as regressões estimadas, bem como os comentários sobre os resultados; na quarta e última seção, são tecidas as considerações finais.

2 Metodologia de estimação

Na modelagem econométrica, empregou-se a abordagem clássica, ou seja, partindo-se de hipóteses sobre os determinantes do déficit primário, foram construídos diferentes modelos econométricos. Adotou-se, portanto, a estratégia, de incluir somente as variáveis fundadas nas discussões teóricas. Para alguns modelos econométricos, utilizou-se uma outra estratégia, também muito empregada na literatura pesquisada, qual seja, partindo-se de um modelo econométrico com determinado número de regressores, foram acrescentados regressores de interação.

A análise proposta é a da regressão linear clássica. O método de estimação dos parâmetros é o de mínimos quadrados ordinários (MQO). Salienta-se que o principal objetivo da análise é verificar se há relação entre as variáveis e não o de testar hipóteses sobre a magnitude dos parâmetros ou realizar previsões. O *software* utilizado foi o Eviews (versão 3.0). Os dados são anuais e secundários (definições e sua apresentação encontram-se no **Apêndice**).

Na definição dos modelos estimados, adotou-se um procedimento semelhante ao de Fialho (1997). Primeiramente, estimou-se um modelo em cuja especificação básica apareciam as variáveis explicativas mais uma estrutura

de defasagens da variável dependente igual a três defasagens.² Em segundo lugar, o modelo foi simplificado através da eliminação sucessiva das defasagens mais distantes. Em terceiro e último, a definição da especificação mais adequada do modelo foi feita com base nos critérios de informação de Akaike e Schwartz. Desse modo, a estrutura de defasagem resultante para a variável dependente em todos os modelos estimados, na terceira seção, foi a de uma defasagem.

Antes da estimação dos modelos, fez-se o teste de raiz unitária para as séries econômicas. Adotou-se o seguinte procedimento para se obterem os resultados dos testes de Dickey-Fuller aumentado para as séries: (a) realizou-se uma seqüência de testes de raiz unitária de Dickey-Fuller aumentado com a presença da constante e da tendência, com constante e sem a presença da tendência e, por fim, sem constante e sem tendência na regressão;³ (b) assumindo-se os níveis de significância iguais a 1%, 5% e 10%, determinou-se o p para cada série; (c) com a escolha de p , realizou-se nova seqüência de testes de raiz unitária de Dickey-Fuller aumentado com a presença da constante e da tendência, com constante e sem a presença da tendência e, por fim, sem constante e sem tendência na regressão; (d) desta última seqüência de testes, chegou-se ao modelo para cada série, considerando-se o desempenho em termos de minimização dos critérios de Akaike e de Schwartz. Dependendo do nível de significância considerado, concluiu-se que cada série utilizada nas regressões das subseção 3.2 não apresentou presença de raiz unitária.⁴

Aplicaram-se os seguintes testes para os resíduos das regressões: o correlograma dos resíduos (oito defasagens incluídas), a estatística Q de Ljung-Box, o teste de normalidade através da estatística Jarque-Bera, o teste LM (até três defasagens) e o teste de heteroscedasticidade de White sem termos cruzados (por causa do tamanho pequeno das amostras).⁵ Empregou-se o teste

² Fialho (1997) apresenta a seguinte especificação básica, a partir da qual se chegou ao modelo mais adequado a ser estimado:

$$Y_t = a_0 + a_1 Y_{t-1} + a_2 Y_{t-2} + \dots + a_n Y_{t-n} + a_{n+1} PB_t + \varepsilon_t \text{ onde } Y \text{ é uma variável qualquer no período } t, \text{ e } PB_t \text{ é uma variável } \textit{dummy} \text{ qualquer.}$$

³ O modelo adotado para os testes de Dickey-Fuller aumentado foi o seguinte:

$$\Delta x_t = a_0 + \gamma x_{t-1} + a_2 t + \sum_{i=1}^p \pi_i \Delta x_{t-i} + \varepsilon_t, \text{ onde } x \text{ representa a variável considerada; } p \text{ é o número de defasagens; } \varepsilon \text{ é o erro (ruído branco); e } t, \text{ a tendência linear. Nos testes realizados, o número inicial de termos defasados foi igual a cinco.}$$

⁴ Os resultados dos testes não são apresentados.

⁵ Esses testes são amplamente conhecidos, razão pela qual não cabe aqui apresentá-los. A estatística de Durbin-Watson não foi utilizada, porque, nos modelos econométricos propostos, a variável dependente defasada aparece como uma das variáveis explicativas.

Ramsey-RESET para detectar problemas de especificação dos modelos econométricos, considerando-se a variável dependente estimada elevada ao quadrado, ao cubo e à quarta potência.⁶

Em todas as regressões estimadas, os testes apontaram o que segue: (a) a estatística Q de Ljung-Box, para oito defasagens, indicou a não-rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelações significativas de resíduos; (b) a estatística Jarque-Bera indicou a não-rejeição da hipótese nula de uma distribuição normal de resíduos; (c) o teste LM, até a defasagem de ordem três, não rejeitou a hipótese nula de ausência de correlação serial de resíduos; (d) o teste de heteroscedasticidade de White, sem termos cruzados, não rejeitou a hipótese nula de ausência de heteroscedasticidade nos resíduos; por fim, (e) o teste Ramsey-RESET não rejeitou a hipótese de que os coeficientes da variável dependente estimada (elevada ao quadrado, ao cubo e à quarta potência) são todos iguais a zero. Aplicando-se o teste de White, encontrou-se a presença de heteroscedasticidade em duas regressões (Tabela 2); nesses casos, utilizaram-se os erros-padrão robustos.

Quanto ao poder explicativo dos modelos, observou-se o R^2 ajustado e, para a inferência, analisaram-se as estatísticas t e F.

⁶ Como esse teste também é conhecido, não será revisto neste espaço.

Tabela 1

Regressões estimadas dos modelos (1) e (2)

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	VARIÁVEL DEPENDENTE Δ_t						
	1	2	3	4	5	6	7
Δ_{T-1}	0,50 (1) (2,79)	0,53 (1) (3,07)	0,48 (1) (2,77)	0,53 (1) (2,92)	0,56 (1)(3,29)	0,47 (1) (2,81)	0,35 (1) (1,73)
N_T	-0,04 (1) (1,02)	-0,04 (1) (1,36)	-0,05 (1) (1,57)	-0,09 (1)(1,56)	-0,06 (1)(1,80)	-0,11 (1) (2,37)	-
$\Delta\Pi_T$	0,0003 (1) (0,94)	0,0003 (1) (1,00)	0,0004 (1) (1,25)	0,0003 (1) (1,08)	0,0003 (1)(0,93)	0,0004 (1) (1,50)	0,0002 (1) (0,86)
$POL1$	0,05 (2) (0,11)	-	-	-0,11 (1) (0,21)	-	-	-
$POL2$	-	-0,25 (1)(0,89)	-	-	-0,04 (1) (0,15)	-	-
$POL3$	-	-	-0,13 (1) (0,92)	-	-	-0,13 (1) (0,99)	-
$POL1D$	-	-	-	-0,54 (1) (1,18)	-	-	-
$POL2D$	-	-	-	-	-0,69 (1) (1,52)	-	-
$POL3D$	-	-	-	-	-	-0,26 (1) (1,73)	-
GP	-	-	-	-	-	-	0,23 (1) (1,43)
S	-	-	-	-	-	-	-0,02 (1) (0,04)
ESTATÍSTICA F	3,04	3,32	3,33	2,74	3,24	3,45	3,51
R^2 AJUSTADO	0,20	0,23	0,23	0,21	0,26	0,28	0,28

FONTE: Tabelas A.1, A.3 e A.4.

NOTA: Incluiu-se uma constante em todas as regressões.

(1) Valores absolutos das estatísticas t .

Tabela 2

Regressões estimadas do modelo (3)

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	VARIÁVEL DEPENDENTE Δ_t	
	1	2
Δ_{t-1}	0,57 (1)(2,09)	0,50 (1)(2,26)
COA	0,15 (1)(1,06)	0,10 (1)(0,69)
NS	-0,23 (1)(1,07)	-0,10 (1)(0,79)
$COA * n$	-0,01 (1)(0,44)	-
$NS * n$	0,03 (1)(0,77)	-
n_t	-0,38 (1)(0,80)	-0,03 (1)(0,97)
$\Delta\pi_t$	0,0003 (1)(1,45)	0,0003 (1)(1,18)
Estatística F	1,85	2,61
R^2 ajustado	0,16	0,20

FONTE: Tabelas A.1, A.3 e A.4.

NOTA: Incluiu-se uma constante em cada uma das regressões.

(1) Valores absolutos das estatísticas t .

3 Os determinantes políticos, econômicos e institucionais do déficit primário

3.1 Breve revisão de literatura sobre os determinantes do déficit primário do RS⁷

Nos trabalhos sobre finanças públicas do Rio Grande do Sul, são apontadas inúmeras hipóteses sobre os determinantes dos déficits primários. Segundo Moura Neto (1994), os déficits primários da década de 70 estão associados à baixa elasticidade das receitas estaduais em relação ao crescimento do PIB e ao comportamento ascendente das despesas, impulsionadas pelos elevados investimentos do período. Na década de 80, a manutenção das despesas operacionais em nível excessivamente elevado foi o fator preponderante para a ocorrência dos déficits primários. Para Rückert, Borsatto e Rabelo (2000), os déficits primários, nos anos 80, estão associados à queda da receita tributária, devido às elevadas taxas de inflação, e ao aumento da despesa. Nos anos 90, a trajetória dos déficits primários manteve-se, basicamente porque as despesas com pessoal e as transferências constitucionais cresceram mais do que a receita tributária. Para Santos e Calazans (1999), os seguintes fatores contribuíram para os desequilíbrios fiscais do RS entre 1970 e 1998: a queda das receitas inflacionárias e a elevação das taxas de juro reais no período posterior a 1994 e o aumento do gasto público real, em especial com pessoal, ao longo de todo o período em análise. Ao investigarem igual período, Calazans, Brunet e Marques Jr. (2000) apontam os mesmos fatores como determinantes dos constantes déficits primários no RS. Da discussão de Meneghetti Neto (2004) sobre os impactos econômicos dos incentivos fiscais, depreende-se que as renúncias fiscais praticadas por sucessivos governos gaúchos também contribuíram para o quadro de déficits primários crônicos.

O trabalho de Hillbrecht e Veloso (2001) destaca-se dos anteriormente comentados, porque analisa empiricamente algumas hipóteses sobre os determinantes da despesa *per capita* e da receita *per capita* do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando um modelo auto-regressivo para o período 1970-98.

⁷ Em Poterba e Hagen (1999), tem-se uma coletânea de trabalhos que testam as mais variadas hipóteses sobre os determinantes de déficits públicos para países. Em geral, esses estudos aplicam uma abordagem de painel de dados para testar as hipóteses. Para uma análise da América Latina, ver Borsani (2003).

Os autores consideram as seguintes variáveis como determinantes da despesa *per capita* e da receita *per capita* no caso gaúcho: a inflação brasileira, medida através do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV); o Produto Interno Bruto *per capita* do RS; o número de órgãos da Administração Direta do Estado; o número de partidos políticos que formam o Governo; ano eleitoral; e a divisão do Governo, ou seja, o caso em que o partido que governa não detém o controle da Assembléia Legislativa.

Após essa breve discussão, na seção seguinte, apresenta-se a análise empírica, onde são testadas algumas hipóteses sobre os determinantes dos déficits primários no caso do Rio Grande do Sul.

3.2 Os determinantes políticos e econômicos do déficit primário: uma primeira abordagem

Tendo como referência Roubini e Sachs (1989), consideram-se dois modelos que levam em conta os seguintes fatores determinantes do déficit primário:

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2n_t + a_3\Delta\pi_t + a_4POL_t + v_t \quad (1)$$

e

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2GP_t + a_3\Delta\pi_t + a_4S_t + e_t \quad (2)$$

onde se têm a relação déficit primário/PIB, Δ_t ; a relação déficit primário/PIB defasada, Δ_{t-1} ; a taxa de crescimento do PIB real, n_t ; a aceleração da taxa de inflação, $\Delta\pi_t$; a variável política, POL_t ; a relação despesa de pessoal e encargos/PIB, GP_t ; o sistema partidário em vigor, S_t ; e, por último, v_t e e_t são os termos dos erros.

A variável que mede o grau de coesão do governo (POL) é construída de três maneiras diferentes. Na primeira construção, $POL1$, assume o valor zero, quando o mesmo partido detém a maioria no governo e na Assembléia Legislativa; assume valor igual a um, quando um partido ou uma coalizão detém o controle do governo, mas não é maioria na Assembléia Legislativa do Estado. Na segunda construção, $POL2$, tem o valor igual a zero, quando o mesmo partido controla o Executivo e detém a Presidência do Legislativo; assume o valor um, quando um partido controla o Executivo, mas um partido diferente preside o Legislativo. Na última construção, $POL3$, assume os seguintes valores: zero, quando o mesmo partido detém maioria no governo e na Assembléia Legislativa; um, quando se trata de um governo de coalizão formado por dois a três partidos; dois, quan-

do o governo de coalizão é constituído por quatro ou mais partidos; e três, quando o partido do governador é minoria na Assembléia.⁸

Da primeira regressão, espera-se: (a) que o déficit primário seja uma função positiva do déficit primário defasado e entre zero e um, $0 < a_1 < 1$, admitindo-se que o ajustamento do déficit primário seja lento; (b) que o déficit primário seja uma função negativa da taxa de crescimento do PIB real, $a_2 < 0$; (c) que a aceleração na taxa de inflação eleve o déficit primário, $a_3 > 0$; (d) e, sendo a variável política POL_t um índice que mede o grau de coesão do Governo Estadual, espera-se que seja diferente de zero e que afete positivamente o déficit primário, $a_4 > 0$.⁹

Da segunda regressão, espera-se: que (a) que o déficit primário seja uma função positiva do déficit primário defasado e entre zero e um, $0 < a_1 < 1$; (b) que o déficit primário seja uma função positiva dos gastos com pessoal, $a_2 > 0$; (c) que a aceleração na taxa de inflação eleve o déficit primário, $a_3 > 0$; (d) que a variável sistema partidário, S_t , afete positivamente o déficit primário, $a_4 > 0$. Este último fator é uma variável *dummy*, assumindo valor igual a zero durante a vigência do sistema bipartidário (1970-78) e valor igual a um ao longo do sistema multipartidário (1979-03).

A Tabela 1 apresenta os resultados das estimações das regressões (1) e (2). Na coluna 1 da Tabela 1, todos os coeficientes têm o sinal correto, porém apenas o coeficiente do déficit primário defasado é significativamente diferente de zero. Nas colunas 2 e 3, novamente apenas o coeficiente do déficit primário defasado é significativo. Note-se que o sinal do coeficiente da variável política não é o esperado. Nas colunas 4, 5 e 6, têm-se o termo de interação entre a variável política e a taxa de crescimento econômico; na coluna 4, apenas o coeficiente do déficit primário defasado é significativo; na coluna 5, o coeficiente da taxa de crescimento do PIB real é significativo a 10% e apresenta o sinal correto; os demais coeficientes não são significativos, com exceção do déficit primário defasado.

Na coluna 6, embora o sinal do coeficiente do termo de interação não seja o esperado, a variável política é significativa (ao nível de significância de 10%), quando interagindo com a variável *dummy*, $POL3D$. Os coeficientes significativos e com os sinais esperados são os referentes às variáveis déficit primário defasado e taxa de crescimento do PIB real. Por último, na coluna 7, apenas o coeficiente do déficit primário defasado é significativo a 10%; os demais não são significativamente diferentes de zero. As estatísticas F das sete regres-

⁸ Os dados referentes a essas variáveis encontram-se na Tabela A.3.

⁹ Sobre os dados, ver Tabelas A.1, A.2 e A.3.

sões da Tabela 1 rejeitam a hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais a zero a 5% e a 10% de nível de significância.

Os resultados obtidos corroboram as hipóteses de que o déficit primário corrente é determinado pelo déficit do período anterior e pela taxa de crescimento do PIB real — essa variável é importante somente quando se leva em conta o termo de interação. As demais variáveis mostraram-se não relevantes na determinação do déficit primário.

3.3 Os determinantes políticos e econômicos do déficit primário: uma segunda abordagem

Retomando-se o modelo básico de Kontopoulos e Perotti (1999), considere-se o seguinte modelo econométrico:¹⁰

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2COA_t + a_3NS_t + a_4COA_t * n_t + a_5NS_t * n_t + a_6n_t + a_7\Delta\pi_t + v_t \quad (3)$$

onde Δ_t é a relação déficit primário/PIB; Δ_{t-1} é a relação déficit primário/PIB defasada; COA_t é o número total de partidos na coalizão; NS_t é o número total de secretarias de estado, excetuando-se a Secretaria da Fazenda; n_t é a taxa de crescimento do PIB real; $COA_t * n_t$ e $NS_t * n_t$ representam a interação entre os dois índices com a taxa de crescimento do PIB; $\Delta\pi_t$ é a aceleração da taxa de inflação; e v_t é o erro.

Como anteriormente, espera-se que o déficit primário corrente seja uma função positiva do déficit primário defasado, ou seja, que o coeficiente seja positivo e entre zero e um, $0 < a_1 < 1$.

Quanto ao coeficiente da variável coalizão, espera-se que seja maior ou igual a zero, quando a variável dependente é o déficit primário, $a_2 > 0$. Isto porque, do lado das despesas, quanto maior a coalizão, maiores serão as despesas; já do lado das receitas, pode-se ter tanto a manutenção como a diminuição da arrecadação de impostos. Espera-se que o coeficiente do termo de interação entre a variável política, COA , e a taxa de crescimento, n , seja maior ou igual a zero, $a_4 > 0$.

Espera-se que o coeficiente da variável política NS também afete positivamente o déficit primário, pois, quanto maior for a fragmentação dentro do Gover-

¹⁰ Na comparação com o modelo original, utiliza-se aqui a variável de política fiscal em nível e não a sua variação.

no, maiores devem ser as despesas, portanto, $a_3 > 0$. No que tange ao coeficiente do termo de interação entre o número de secretarias e a taxa de crescimento do PIB, NS^*n , espera-se que seja negativo, $a_5 < 0$. Em relação aos coeficientes das variáveis econômicas, espera-se que $a_6 < 0$ e $a_7 > 0$.

A Tabela 2 apresenta os resultados das estimações. As colunas 1 e 2 têm como variável dependente o déficit primário;¹¹ nota-se que apenas a variável explicativa, déficit primário defasado, é significativa, apresentando sinal e magnitude esperados. Nas colunas 1 e 2, o sinal do coeficiente da variável coalizão é o esperado, o que não ocorre com o coeficiente da variável número de secretarias. Na coluna 1, os coeficientes dos termos de interação não são significativos. Os sinais dos coeficientes das variáveis econômicas são os esperados, porém são não significativos. Note-se que, na coluna 2, se excluíram os termos de interação, apesar disso, apenas o coeficiente da variável explicativa déficit primário defasado manteve-se significativo. A estatística F da coluna 1 não rejeita a hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais a zero a 1%, a 5% e a 10% de nível de significância. A estatística F da coluna 2 rejeita a hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais a zero a 5% e a 10% de nível de significância.

Considerando-se os resultados apresentados na Tabela 2, o déficit primário defasado é um importante e significativo determinante do déficit primário. Entretanto os fatores políticos, institucionais e econômicos não se mostraram significativos nas estimações do modelo básico.

3.4 Déficit primário, variáveis políticas e instituições orçamentárias

Stein, Talvi e Grisanti (1999) discutem os arranjos institucionais e a *performance* da política fiscal de 26 países da América Latina e do Caribe. À luz dessa análise, propõe-se o seguinte modelo econométrico:

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2NEP_t + a_3PGA_t + a_4IO_t + v_t \quad (4)$$

¹¹ Para as duas regressões da Tabela 2, o teste de White indicou presença de heteroscedasticidade nos resíduos, aos níveis de significância de 5% e 10%. Diante desse problema, os valores t foram estimados considerando-se a matriz de White (*heteroskedasticity consistent covariance matrix*). Assim, utilizaram-se os erros-padrão robustos.

onde Δ_t é a relação déficit primário/PIB; Δ_{t-1} é a relação déficit primário/PIB defasada; NEP_t é o número efetivo de partidos; PGA_t é o percentual de deputados governistas na Assembléia Legislativa do Estado; IO_t representa as instituições orçamentárias; e v_t é o erro.

Espera-se que os coeficientes das variáveis déficit primário defasado e número efetivo de partidos sejam positivos, a_1 e $a_2 > 0$. O número efetivo de partidos é um índice definido como $NEP = \frac{1}{\sum v_i^2}$ onde v_i é a proporção de representantes do partido i na Assembléia Legislativa do Estado. Assim, quanto maior é o número de partidos com representantes na Assembléia, maior é o número efetivo de partidos. Admite-se que uma maior fragmentação política esteja associada a um maior déficit primário.

Espera-se, além disso, que a variável política, PGA , percentual de deputados estaduais governistas na Assembléia, esteja negativamente relacionada ao déficit primário, $a_3 < 0$.

A variável instituições orçamentárias, IO , constitui-se num indicador que busca captar o impacto das instituições orçamentárias sobre os resultados fiscais. Segundo Alesina *et al.* (1996), trata-se de um índice que visa refletir todas as etapas do processo orçamentário (elaboração, aprovação e execução). Segundo ele, instituições orçamentárias mais hierarquizadas e transparentes refletem-se num valor de IO maior do que o das instituições mais colegiadas e não transparentes — quanto maior o valor de IO , menor é o déficit primário. Portanto, em relação ao coeficiente a_4 , espera-se um sinal negativo.¹²

Na Tabela 3, têm-se, então, os resultados da estimação. Os sinais dos coeficientes da coluna 1 estão de acordo com o esperado, porém apenas os coeficientes das variáveis déficit primário defasado e instituições orçamentárias são significativos a 10% de nível de significância. A estatística F da Tabela 3 rejeita a hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais a zero a 5% e a 10% de nível de significância.

Em suma, mais uma vez o déficit primário defasado mostrou-se um importante e significativo determinante do déficit primário. Outro determinante importante e significativo são as instituições orçamentárias que estão negativamente relacionadas com o déficit primário. A medida de fragmentação política, o número efetivo de partidos, mostrou-se uma variável irrelevante na determinação do déficit primário, o mesmo ocorrendo com o percentual de deputados governistas na Assembléia.

¹² Na Tabela A.3, têm-se os dados referentes à variável instituições orçamentárias. Por falta de espaço, não se apresenta a fundamentação teórica do referido índice, a qual pode ser encontrada em Marques Jr. (2005).

Tabela 3

Regressão estimada do modelo (4)

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	VARIÁVEL DEPENDENTE Δ_t
Δ_{t-1}	0,40 (1)(1,96)
<i>NEP</i>	0,15 (1)(0,94)
<i>PGA</i>	-0,005 (1)(0,19)
<i>IO</i>	-0,06 (1)(2,02)
Estatística F	3,96
R^2 ajustado	0,27

FONTE: Tabelas A.1, A.3 e A.4.

NOTA: Incluiu-se uma constante em cada uma das regressões.

(1) Valor absoluto da estatística *t*.

3.5 Déficit primário, variáveis econômicas e políticas e as instituições orçamentárias

Alesina *et al.* (1996) demonstram que instituições orçamentárias transparentes e “hierárquicas” estão associadas a uma maior disciplina fiscal na América Latina, ao longo das décadas de 80 e 90. O modelo básico considerado aqui é o seguinte:

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2DIT_t + a_3n_t + a_4IO_t + a_5\Delta\pi_t + a_6AP_t + v_t \quad (5)$$

onde *DIT* denota ditadura; *AP* é a relação entre número de aposentados e a população total do Estado em termos percentuais; e *v* é o erro. As demais variáveis são conhecidas.

Definiu-se ditadura como os anos nos quais não se teve eleição para governador. Trata-se de uma variável *dummy*, assumindo valor igual a um de 1970 a 1981 e igual a zero nos demais anos. Espera-se que o déficit primário esteja negativamente relacionado com a ditadura, pois, na ausência de eleições, o governador está menos sujeito às demandas de grupos de interesse. O número de aposentados é a soma de pensionistas e inativos. Evidentemente,

espera-se que o sinal do coeficiente dessa variável seja positivo. Os sinais dos demais coeficientes são conhecidos.

A Tabela 4 contém os resultados das estimações. Na coluna 1, tem-se o modelo básico completo, e, na coluna 2, excluíram-se as variáveis instituições orçamentárias e ditadura. Nas colunas 1 e 2, os sinais dos coeficientes são os esperados. No entanto, a estatística F da primeira regressão, coluna 1, é significativa a 10%, ao passo que a estatística F da segunda regressão, coluna 2, é significativa somente a um nível de significância maior do que 10%.

Na coluna 1, apenas o coeficiente da variável instituições orçamentárias é significativo a 10% de nível de significância, ao passo que, na coluna 2, somente o coeficiente da variável déficit primário defasado é significativo.

Em resumo, as instituições orçamentárias importam na determinação do déficit primário. Todavia as variáveis econômicas, com exceção do déficit primário defasado, não se mostraram relevantes como determinantes do déficit primário nessas duas últimas regressões estimadas.

Tabela 4

Regressões estimadas do modelo (5)

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	VARIÁVEIS DEPENDENTES Δ_t	
	1	2
Δ_{t-1}	0,38 (1)(1,69)	0,50 (1)(2,24)
<i>DIT</i>	-0,06 (1)(0,11)	-
<i>n</i>	-0,03 (1)(0,64)	-0,04 (1)(0,96)
<i>IO</i>	-0,06 (1)(1,79)	-
$\Delta\pi_t$	0,0003 (1)(0,94)	0,0003 (1)(0,92)
<i>AP</i>	1,01 (1)(1,03)	0,13 (1)(0,21)
Estatística F	2,10	2,15
R ² ajustado	0,19	0,14

FONTE: Tabelas A.1, A.3 e A.4.

NOTA: Incluiu-se uma constante em cada uma das regressões.

(1) Valores absolutos das estatísticas *t*.

4 Considerações finais

Em termos resumidos, os resultados obtidos dão conta do seguinte: a taxa de crescimento do PIB real e as instituições orçamentárias reduzem o déficit primário. Portanto, quanto mais a economia gaúcha crescer e quanto mais hierárquicas e transparentes forem as instituições orçamentárias, menores serão as chances de ocorrência de déficits primários no caso do Rio Grande do Sul.

Contudo levanta-se a seguinte questão: como se explicam, então, os contínuos déficits primários entre 1970 e 2003? Ora, o coeficiente da variável explicativa déficit primário defasado é positivo e significativo em todas as regressões estimadas. Isso significa que o déficit primário tende a persistir de um ano para outro.

A partir dos resultados obtidos, e na falta de uma teoria positiva sobre o problema, os déficits primários persistem, porque as taxas de crescimento do PIB real estadual são irregulares e não são suficientemente elevadas; além disso as instituições orçamentárias não são hierárquicas e transparentes o suficiente para quebrarem o regime de crônicos déficits primários. O comportamento do PIB gaúcho está associado, em boa medida, ao desempenho do agronegócio e do setor agrícola, que, por sua vez, depende de fatores climáticos. A falta de instituições orçamentárias hierárquicas está associada à ausência de um Secretário da Fazenda forte na definição da política fiscal estadual. O órgão governamental responsável pela elaboração da peça orçamentária a ser encaminhada para discussão na Assembléia Legislativa é a Secretaria do Planejamento.¹³ Durante o processo orçamentário, o Secretário da Fazenda limita-se a projetar a receita para o exercício seguinte. Depois de aprovado o orçamento estadual, os demais secretários passam a colocar em prática seus projetos. A Secretaria da Fazenda tem controle sobre o que e quanto está sendo gasto por secretaria, pois existe um setor dentro da própria Fazenda responsável pelo acompanhamento das três fases da despesa (empenho, liquidação e pagamento final).¹⁴ Todavia o Secretário da Fazenda não tem poder para determinar o quanto vai ser gasto; sua função limita-se a levantar recursos para fazer frente aos compromissos.

A persistência pode ser explicada por outras razões. Do lado das despesas, tem-se: (a) o crescimento da folha de pagamento dos servidores públicos,

¹³ Para uma análise do processo orçamentário no Estado do Rio Grande do Sul e para uma discussão sobre o orçamento participativo, ver Marques Jr., Porto Junior e Florissi (2004).

¹⁴ Moraes Jr. (2003) apresenta uma descrição mais detalhada do processo de execução do orçamento.

que se dá em razão da concessão de aumentos salariais, da contratação de novos servidores e dos planos de carreira das diferentes categorias de servidores públicos estaduais; (b) os gastos de custeio que se elevam *pari passu* com a máquina pública estadual; (c) os investimentos públicos realizados; (d) as decisões judiciais concedendo aumento de salários para os servidores públicos e ganhos de causa contra o Estado; (e) a autoconcessão de aumento de salários por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário. Do lado da receita, entre 1970 e 1985, a carga tributária estadual apresentou uma tendência de queda. Além disso, não podem ser esquecidos os problemas de sonegação fiscal, ineficiência da máquina arrecadadora do Tesouro Estadual e as renúncias fiscais levadas a cabo no período, visando incentivar este ou aquele setor produtivo.¹⁵

O objetivo de testar hipóteses sobre os determinantes dos déficits público e primário no Rio Grande do Sul foi atingido. Entretanto ressalta-se que as conclusões dependem da abordagem escolhida, da forma como os modelos foram especificados e de como as variáveis foram mensuradas. Assim, o estudo em questão pode ter continuidade trabalhando-se com outras especificações de modelos econométricos, com outras variáveis e com outras abordagens. Desse modo, pode-se chegar a um consenso sobre os principais determinantes da política fiscal gaúcha.

¹⁵ Para uma análise sobre a questão das renúncias fiscais, ver Meneghetti Neto (2004) e Bordin (2003).

Apêndice

Tabela A.1

Carga tributária, relação déficit primário/PIB e relação (DT-SD)/PIB da Administração Direta do RS — 1970-03

ANOS	$DT-SD$ (1) (2) (R\$)	PIB (2) (R\$)	$\frac{(DT-SD)}{PIB}$ (%)	τ_t (3)	Δ_t (4)
1970	0,0005446611	0,0053127273	10,25	8,08	2,17
1971	0,0006808375	0,0072254545	9,42	8,20	1,22
1972	0,0009018695	0,0094036364	9,59	7,77	1,82
1973	0,0012945957	0,0146036364	8,86	6,82	2,04
1974	0,0017727778	0,0208254545	8,51	6,39	2,12
1975	0,0026582393	0,0291345455	9,12	6,59	2,53
1976	0,0036927415	0,0454654545	8,12	5,59	2,53
1977	0,0049066276	0,0683200000	7,18	5,90	1,28
1978	0,0075037516	0,0989090909	7,59	5,64	1,95
1979	0,0116956065	0,1600290909	7,31	5,47	1,84
1980	0,0239233054	0,3426581818	6,98	5,47	1,51
1981	0,0562233207	0,6697418182	8,39	6,02	2,37
1982	0,1277944273	1,29	9,91	6,45	3,46
1983	0,2811111822	3,41	8,24	5,46	2,78
1984	0,86	10,96	7,85	5,48	2,37
1985	3,31	38,41	8,62	5,26	3,36
1986	9,16	100,78	9,09	6,93	2,16
1987	24,18	316,51	7,64	5,68	1,96
1988	163,26	2.461,90	6,63	5,00	1,63
1989	3 042,89	37 598,05	8,09	5,91	2,18

(continua)

Tabela A.1

Carga tributária, relação déficit primário/PIB e relação (DT-SD)/PIB da Administração Direta do RS — 1970-03

ANOS	<i>DT-SD</i> (1) (2) (R\$)	PIB (2) (R\$)	$\frac{(DT-SD)}{PIB}$ (%)	τ_t (3)	Δ_t (4)
1990	100 462,75	939 363,36	10,69	7,36	3,33
1991	404 276,14	4 666 959,96	8,66	6,72	1,94
1992	5 250 591,13	54 964 960,96	9,55	6,19	3,36
1993	104 164 099,26	1 260 808 219,27	8,26	5,74	2,52
1994	2 747 296 328,00	31 129 234 456,59	8,83	6,92	1,91
1995	4 854 297 768,00	53 652 946 827,60	9,05	6,77	2,28
1996	6 550 116 607,00	63 262 677 226,56	10,35	6,63	3,72
1997	7 409 530 180,00	69 221 313 934,13	10,70	6,12	4,58
1998	7 532 508 400,00	70 541 889 405,25	10,68	6,40	4,28
1999	7 344 518 854,00	75 450 458 225,36	9,73	6,55	3,18
2000	8 552 980 901,00	85 137 542 554,42	10,05	7,00	3,05
2001	10 024 607 431,00	97 310 194 511,19	10,30	7,34	2,96
2002	10 138 142 476,00	109 742 129 653,58	9,24	7,12	2,12
2003	10 489 471 474,00	130 744 187 478,34	8,02	7,51	0,51

FONTES DOS DADOS BRUTOS: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 1970-2003. FEE.

(1) *DT* é a despesa total, e *SD* é o serviço da dívida. (2) Reais a preços correntes. (3) τ_t é a carga tributária. (4) Δ_t é o déficit primário/PIB, onde $\Delta_t = [(DT-SD)/PIB] - \tau_t$;

Tabela A.2

Variáveis econômicas no RS — 1970-03

ANOS	n_t (1)	π_t (2)	b_t (3)	$\Delta(r_t - n_t)b_{t-1}$ (4)	GP_t (5)	g_t (6)
1970	-	19,27	6,18	-	3,35	10,25
1971	10,54	19,48	5,06	-65,08	3,52	9,42
1972	8,05	15,73	4,55	12,70	3,05	9,59
1973	13,86	15,53	4,20	-26,44	2,69	8,86
1974	10,24	34,56	4,39	14,66	2,64	8,51
1975	6,22	29,33	4,91	17,82	3,01	9,12
1976	9,11	46,27	5,85	-14,58	2,86	8,12
1977	4,03	38,79	5,34	30,01	2,57	7,18
1978	3,55	40,81	5,84	2,51	2,78	7,59
1979	4,15	77,24	6,66	-4,38	2,90	7,31
1980	11,86	110,23	5,13	-51,95	2,72	6,98
1981	-1,82	95,2	6,99	70,38	3,10	8,39
1982	-0,11	99,73	9,94	-11,95	3,56	9,91
1983	-0,77	211,02	11,87	4,77	3,20	8,24
1984	4,86	223,81	14,32	-67,30	4,18	7,82
1985	4,70	235,13	15,65	2,86	4,09	8,64
1986	1,38	65,04	10,59	57,12	5,81	9,09
1987	4,08	415,95	17,40	-33,78	4,67	7,64
1988	-1,25	1 037,53	20,99	90,48	4,05	6,63
1989	3,36	1 782,85	26,30	-97,60	4,49	8,09
1990	-6,64	1 476,71	16,67	263,53	5,93	10,69
1991	-2,20	480,23	19,11	-72,18	5,05	8,66

(continua)

Tabela A.2

Variáveis econômicas no RS — 1970-03

ANOS	n_t (1)	π_t (2)	b_t (3)	$\Delta(r_t - n_t)b_{t-1}$ (4)	GP_t (5)	g_t (6)
1992	8,30	1 157,84	24,37	-202,57	5,52	9,55
1993	10,78	2 708,17	29,98	-61,41	4,86	8,26
1994	5,19	1 093,85	15,31	169,09	5,18	8,83
1995	-5,01	14,77	15,05	168,41	5,78	9,05
1996	0,47	9,33	16,54	-81,72	6,14	10,35
1997	6,06	7,48	19,56	-92,29	5,68	10,70
1998	-0,53	1,71	21,01	129,68	6,14	10,68
1999	3,00	19,99	23,28	-77,32	6,04	9,73
2000	4,44	9,80	23,82	-31,32	5,82	10,05
2001	3,10	10,40	24,32	31,92	5,55	10,30
2002	1,76	26,41	25,94	29,67	5,72	9,24
2003	4,28	7,66	23,16	-62,00	4,80	8,02

FONTES DOS DADOS BRUTOS: FEE.

FGV.

BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 1970-2003.

(1) n_t é a taxa de crescimento do PIB real do Rio Grande do Sul. (2) π_t é a taxa de inflação medida pelo IGP-DI (FGV). (3) b_t é a relação dívida pública total/PIB. (4) $\Delta(r_t - n_t)b_{t-1}$ é a variação na diferença entre a taxa de juros real e a taxa de crescimento do PIB multiplicada pela relação dívida/PIB defasada; a taxa de juros nominal, i_t , foi calculada considerando-se a relação juros/dívida pública total; a taxa de juros real é dada por $[(1 + i_t)/(1 + \pi_t)] - 1$. (5) GP_t é a relação gastos com pessoal/PIB. (6) g_t é a relação (despesa total-serviço da dívida)/PIB.

Tabela A.3

Variáveis políticas e institucionais para o RS — 1970-03

ANOS	POL1	POL2	POL3	POLID (1)	POL2D (1)	POL3D (1)	ELE	IO (2)	COA	COA*n (3)	S ²	NS ³	NS*n (4)
1970	1	0	3	-	-	-	1	35	1	-	0	12	-
1971	0	0	0	0	0	0	0	35	1	10,54	0	12	126,48
1972	0	0	0	0	0	0	0	35	1	8,05	0	13	104,65
1973	0	0	0	0	0	0	0	35	1	13,86	0	13	180,18
1974	0	0	0	0	0	0	1	35	1	10,24	0	13	133,12
1975	1	0	3	0	0	0	0	35	1	6,22	0	13	80,86
1976	1	0	3	0	0	0	0	35	1	9,11	0	13	118,43
1977	1	1	3	0	0	0	0	35	1	4,03	0	13	52,39
1978	1	1	3	0	0	0	1	35	1	3,55	0	13	46,15
1979	1	1	3	0	0	0	0	35	1	4,15	1	13	53,95
1980	1	1	3	0	0	0	0	35	1	11,86	1	13	154,18
1981	1	1	3	1	1	3	0	35	1	-1,82	1	13	-23,66
1982	1	0	3	1	0	3	1	35	1	-0,11	1	13	-1,43
1983	1	1	3	1	1	3	0	35	1	-0,77	1	13	-10,01
1984	1	1	3	0	0	0	0	35	1	4,86	1	13	63,18
1985	1	1	3	0	0	0	0	35	1	4,70	1	12	56,40
1986	1	1	3	0	1	3	1	35	2	2,76	1	12	16,56
1987	1	0	3	0	0	0	0	35	2	8,16	1	12	48,96
1988	1	0	3	1	0	3	0	35	2	-2,50	1	12	-15,00
1989	1	0	3	0	0	0	0	35	2	6,72	1	12	40,32
1990	1	0	3	1	0	3	1	35	3	-19,92	1	12	-79,68
1991	1	1	1	1	1	3	0	35	3	-6,60	1	14	-30,80

(continua)

Tabela A.3

Variáveis políticas e institucionais para o RS — 1970-03

ANOS	<i>POL1</i>	<i>POL2</i>	<i>POL3</i>	<i>POL1D</i> (1)	<i>POL2D</i> (1)	<i>POL3D</i> (1)	<i>ELE</i>	<i>IO</i> (2)	<i>COA</i>	<i>COA*n</i> (3)	<i>S</i> ²	<i>NS</i> ³	<i>NS*n</i> (4)
1992	1	1	1	0	0	0	0	35	2	16,60	1	11	91,30
1993	1	0	1	0	0	0	0	35	2	21,56	1	11	118,58
1994	1	0	1	0	0	0	1	35	2	10,38	1	11	57,09
1995	1	0	1	1	0	1	0	35	6	-30,06	1	14	-70,14
1996	1	0	1	1	0	1	0	35	6	2,82	1	14	6,58
1997	1	0	1	0	0	0	0	35	6	36,36	1	15	90,90
1998	1	0	1	1	0	1	1	35	6	-3,18	1	15	-7,95
1999	1	1	2	0	0	0	0	35	4	12,00	1	16	48,00
2000	1	1	2	0	0	0	0	59	4	17,76	1	15	66,60
2001	1	1	2	0	0	0	0	59	3	9,30	1	15	46,50
2002	1	1	2	0	1	2	1	59	3	5,28	1	15	26,40
2003	1	0	2	0	0	2	0	59	7	29,96	1	16	68,48

FONTE DOS DADOS BRUTOS: HILLBRECHT, Ronald O.; VELOSO, Gilberto de Oliveira. **Determinantes econômicos, políticos e institucionais da política fiscal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1964 e 1998**. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2001. (Texto para discussão, n.04).
 NOLL, Maria Izabel. Partidos e eleições no Rio Grande do Sul. In: BAQUERO, Marcello et al. (Org.). **Opinião pública, transição e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
 BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 1970-2003.

(1) A variável qualitativa *POLD* é dada pelo produto entre a variável *POL* e uma variável *dummy* que assume valor igual a zero em anos de crescimento elevado e a um nos anos de baixo crescimento econômico (menos de 1% ou crescimento negativo; as séries foram complementados com novos dados). (2) Ver Marques Junior (2005). (3) *COA*n* é simplesmente o produto entre a taxa de crescimento do PIB real e a variável *COA*. (4) *NS*n* é dada pelo produto entre o número de secretarias e a taxa de crescimento do PIB real.

Tabela A.4

Demais variáveis para o RS — 1970-03

ANOS	<i>PGA</i>	<i>NEP</i>	<i>DIT</i>	<i>AP</i> (%)
1970	49,09	2,0	1	-
1971	54,00	2,0	1	-
1972	54,00	2,0	1	-
1973	54,00	2,0	1	-
1974	54,00	1,9	1	-
1975	41,07	1,9	1	0,32
1976	41,07	1,9	1	0,32
1977	41,07	1,9	1	0,33
1978	41,07	2,0	1	0,34
1979	44,64	2,0	1	0,35
1980	44,64	2,0	1	0,36
1981	44,64	2,0	1	0,37
1982	44,64	2,8	0	0,39
1983	41,07	2,8	0	0,44
1984	41,07	2,8	0	0,47
1985	41,07	2,8	0	0,51
1986	41,07	3,2	0	0,54
1987	49,10	3,2	0	0,57
1988	49,10	3,2	0	0,60
1989	49,10	3,2	0	0,62

(continua)

Tabela A.4

Demais variáveis para o RS — 1970-03

ANOS	<i>PGA</i>	<i>NEP</i>	<i>DIT</i>	<i>AP (%)</i>
1990	49,10	5,2	0	0,64
1991	25,46	5,2	0	0,63
1992	25,46	5,2	0	0,65
1993	25,46	5,2	0	0,84
1994	25,46	6,1	0	0,89
1995	21,82	6,1	0	0,92
1996	21,82	6,1	0	0,96
1997	21,82	6,1	0	0,98
1998	21,82	5,8	0	1,02
1999	23,64	5,8	0	1,07
2000	23,64	5,8	0	1,08
2001	23,64	5,8	0	1,08
2002	23,64	6,6	0	1,08
2003	21,81	6,6	0	1,10

FONTE DOS DADOS BRUTOS: AXT, Vladimir G. et al. (Org.). **Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias 1821-1996**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 1996. RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/>>.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO — IUPERJ. Disponível em: <<http://www.iuperj.br/>>.

BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 1970-2003.

BOLETIM INFORMATIVO DE PESSOAL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, n. 77.

FINANÇAS DO ESTADO. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, v. 34-35, v. 41, 1985-1986, 1992.

Referências

- ALESINA, Alberto et al. **Budget institutions and fiscal performance in Latin America**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1996. (Working Paper, n. 5586).
- ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. The political economy of budget deficits. **IMF Staff Papers**, v. 42, n. 1, Mar 1995.
- AXT, Vladimir G. et al.(Org.). **Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias 1821-1996**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 1996.
- BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. [Dados informativos *on line*]. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br>>.
- BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 1970-2003.
- BOLETIM INFORMATIVO DE PESSOAL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, n. 77.
- BORDIN, Luís Carlos Vitali. **ICMS gastos tributários e receita potencial**. Brasília, ESAF, 2003. (VII Prêmio do Tesouro Nacional).
- BORSANI, Hugo. **Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- CALAZANS, Roberto B.; BRUNET, Júlio F. G.; MARQUES JR., Liderau dos Santos. **Ajuste fiscal: modelos dinâmicos e aplicação para o caso do RS**. Brasília: ESAF, 2000. (IV Prêmio Tesouro Nacional).
- FIALHO, Tânia Marta Maia. Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 51, n. 3, p. 379-389, jul./set. 1997
- FINANÇAS DO ESTADO. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, v. 34-35, v. 41, 1985-1986, 1992.
- HALLERBERG, Mark; HAGEN, Jürgen von. Electoral institutions, cabinet negotiations, and budget deficits in the European Union. In: POTERBA, James M.; HAGEN, Jürgen von (Ed.). **Fiscal institutions and fiscal performance**. Chicago: University of Chicago, 1999.

HILLBRECHT, Ronald O.; VELOSO, Gilberto de Oliveira. **Determinantes econômicos, políticos e institucionais da política fiscal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1964 e 1998**. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2001. (Texto para discussão, n. 04).

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO. Laboratório de Estudos Experimentais (LEEX-IUPERJ). Disponível em: <<http://www.iuperj.br/>> e <<http://www.ucam.edu.br/leex/>>.

KONTOPOULOS, Yianos; PEROTTI, Roberto. Government fragmentation and fiscal policy outcomes: evidence from OECD countries. In: POTERBA, James M.; HAGEN, Jürgen von (Ed.). **Fiscal institutions and fiscal performance**. Chicago: University of Chicago, 1999.

MARQUES JUNIOR, Liderau dos Santos. **A política fiscal do Estado do Rio Grande do Sul (1970-03): uma abordagem macroeconômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Tese)-Programa de Pós-graduação em Economia, Porto Alegre, 2005.

MARQUES JUNIOR, Liderau dos Santos; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva; FLORISSI, Stefano. Processo orçamentário no Estado do Rio Grande do Sul — uma proposta alternativa de participação popular na elaboração e fiscalização do orçamento público estadual. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2004.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. Finanças públicas gaúchas: algumas notas metodológicas. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., Porto Alegre, 2004. **Anais**. Porto Alegre: PUCRS; FEE, 2004.

MORAES JUNIOR, Aod Cunha de. **Ensaio sobre fragmentação de governo e ajustamento fiscal**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Tese)-Programa de Pós-graduação em Economia, Porto Alegre, 2003.

MOURANETO, Bolívar T. O endividamento público do RS: suas origens e comportamento na década de 80. In: FARIA, Luiz A. Estrella (Coord.). **O Estado do Rio Grande do Sul nos anos 80: subordinação, imprevidência e crise**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994.

NOLL, Maria Izabel. Partidos e eleições no Rio Grande do Sul. In: BAQUERO, Marcello et al. (Org.). **Opinião pública, transição e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

POTERBA, James M.; HAGEN, Jürgen von. **Fiscal institutions and fiscal performance**. Chicago: University of Chicago, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Finanças públicas**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br>>.

ROUBINI, Nouriel; SACHS, Jeffrey D. Political and economic determinants of budget deficits in the industrial democracies. **European Economic Review**, v. 33, p. 903-938, 1989.

RÜCKERT, Isabel Noemia; BORSATTO, Maria Luiza; RABELO, Mercedes. Os desajustes estruturais das finanças públicas do RS nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio Benevett (Coord.). **A economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

SANTOS, Darcy F. C. dos; CALAZANS, Roberto B. **A crise da dívida pública do RS** — fundamentos, evolução e perspectivas 1970-1998. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

STEIN, Ernesto; TALVI, Ernesto; GRISANTI, Alejandro. Institutional arrangements and fiscal performance: the latin american experience. In: POTERBA, James M.; HAGEN, Jürgen von (Ed.). **Fiscal institutions and fiscal performance**. Chicago: University of Chicago, 1999.